

Prefeitura Municipal de Itapissuma - 2024

R MANOEL LOURENCO, 16 - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 08.637.399/0001-28 Telefone: (81) 35481172

Balanço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024



Documento assinado e autenticado digitalmente por JOSÉ DE FREITAS TEIXEIRA, Titular do cargo de Chefe de Unidade, em 12/05/2024 às 14:55:54. CNPJ nº 08.637.399/0001-28. Documento assinado eletronicamente por JOSÉ DE FREITAS TEIXEIRA, Titular do cargo de Chefe de Unidade, em 12/05/2024 às 14:55:54. CNPJ nº 08.637.399/0001-28.

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (Nota 1)	164.216.164,96	143.625.767,29	Despesa Orçamentária (Nota 5)	120.318.967,77	119.338.956,48
Ordinária	126.506.136,36	113.689.951,31	Ordinária	71.971.028,88	74.638.806,62
Recursos não vinculados de Impostos	126.372.477,74	113.689.951,31	Recursos não vinculados de Impostos	71.971.028,88	74.638.806,62
Outros Recursos não Vinculados	133.658,62	0,00	Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00
Recursos Vincunlados à Educação	29.948.609,21	25.283.932,01	Recursos Vincunlados à Educação	46.145.707,67	44.000.000,39
Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.594.047,96	1.343.050,33	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.967.356,37	1.267.440,35
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	705.083,45	944.140,72	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	414.096,70	949.141,72
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	20.086,50	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	20.086,50
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	950.776,35	513.930,47	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	711.222,63	307.667,89
Transferência do Salário-Educação	1.754.889,83	724.172,40	Transferência do Salário-Educação	2.184.294,94	497.721,00
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	527.946,10	516.858,20	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	535.404,61	569.630,01
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	42.501,20	56.060,61	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	57.066,65	85.505,54
Outras Transferências de Recursos do FNDE	583.755,60	0,00	Outras Transferências de Recursos do FNDE	253.487,29	0,00
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros	126.729,61	489.024,62	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e outros	0,00	20.110,63
Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses	166.914,14	202.996,05	Transferências do Estado referentes a Convênios e outros Repasses	273.677,31	208.811,11
Recursos não vinculados de Impostos - Educação	3.545,87	0,00	Recursos não vinculados de Impostos - Educação	15.792.353,08	19.571.800,87
Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAR	0,00	137.806,67
Transferências do FUNDEB - 70% - Impostos e Transferências de Impostos	18.439.105,24	18.851.965,50	Transferências do FUNDEB - 70% - Impostos e Transferências de Impostos	22.010.059,78	18.877.990,50
Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAT	0,00	113.462,48	Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAT	0,00	19.700,47
Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAF	2.053.313,86	1.508.184,13	Transferências do FUNDEB - 70% - Complementação da União - VAAF	1.946.688,31	1.507.021,13
Outras Destinações de Recursos	7.761.419,39	4.651.883,97	Outras Destinações de Recursos	2.202.231,22	597.000,47
Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	1.237.237,63	0,00	Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	805.176,13	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	0,00	0,00	Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	0,00	1.110,51
Transferência Especial da União	0,00	0,00	Transferência Especial da União	387.480,59	0,00
Transferência Especial dos Estados	800.000,00	0,00	Transferência Especial dos Estados	783.672,63	0,00
Outras vinculações de transferências	91.269,48	0,00	Outras vinculações de transferências	0,00	0,00
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	30.136,97	4.243,61	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	3.210.855,53	2.669.709,07	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	0,00	322.862,46
Outras vinculações legais	0,00	864.686,64	Outras vinculações legais	0,00	0,00
Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares Individuais	2.152.527,11	838.089,30	Transferência Especial da União - Emendas Parlamentares Individuais	0,00	0,00
Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º -	579,74	195.828,18	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º -	0,00	188.588,82
Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º -	234,84	79.327,17	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º -	0,00	76.394,68
Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei	238.578,09	0,00	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei	225.901,87	0,00

Prefeitura Municipal de Itapissuma - 2024

R MANOEL LOURENCO, 16 - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 08.637.399/0001-28 Telefone: (81) 35481172

Balanço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64

2024



Documento assinado digitalmente por **RONALDO ALVES DE OLIVEIRA**, Diretor Geral, em 15/05/2024 às 14:55:22, com código de verificação 76924338154603145dd2c93

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Recebidas (Nota 2)	137.866,91	76.160,95	Transferências Financeiras Concedidas (Nota 6)	43.656.759,31	38.886.606,39
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	137.866,91	76.160,95	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	42.805.332,31	38.886.606,39
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) Câmara	33.617,29	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) AD Itapissuma	83.580,80	0,00
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) FMAS	11.523,50	67.560,67	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) Câmara	9.028.007,16	8.986.600,00
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) FMS	92.723,12	8.600,28	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) FMAS	5.072.734,80	4.584.404,45
Prefeitura - Repasses Recebidos do(a) ITAPREV	3,00	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) FMS	20.135.558,84	22.842.202,92
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) ITAPREV	8.485.450,71	1.264.331,15
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) ITAPREV (Previdenciário)	0,00	1.169.991,87
			Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
			Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	851.427,00	0,00
			Prefeitura - Repasses Concedidos a(o) ITAPREV	851.427,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (Nota 3)	12.409.737,06	13.310.479,57	Pagamentos Extraorçamentários (Nota 7)	13.824.106,25	13.910.106,62
Inscrito de Restos a Pagar Não-Processados	535.317,77	1.968.972,65	Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	1.796.694,19	3.331.118,89
Inscrito de Restos a Pagar Processados	1.161.537,16	1.358.817,48	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.343.390,21	1.210.000,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.712.882,13	9.982.689,44	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.684.021,85	9.306.000,04
Prefeitura - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.670.630,59	2.689.196,34	Prefeitura - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.687.071,21	2.647.770,69
Prefeitura - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	4,20	0,00	Prefeitura - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00
Prefeitura - ISS	19.658,42	17.071,70	Prefeitura - ISS	20.973,93	19.881,11
Prefeitura - PENSÃO ALIMENTÍCIA	154.544,01	150.805,46	Prefeitura - PENSÃO ALIMENTÍCIA	153.059,49	152.446,39
Prefeitura - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	138.954,31	144.549,05	Prefeitura - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	397.464,52	138.330,88
Prefeitura - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.123.049,25	3.593.915,82	Prefeitura - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.897.627,80	3.483.307,73
Prefeitura - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	3.606.041,35	3.387.151,07	Prefeitura - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	3.527.824,90	2.866.200,24
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (Nota 4)	10.962.955,46	26.037.337,14	Saldo para o Exercício Seguinte (Nota 8)	9.926.891,06	10.962.955,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.962.955,46	26.037.337,14	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.926.891,06	10.962.955,46
CAIXA	637,13	637,13	CAIXA	637,13	637,13
CONTA ÚNICA RPPS	0,00	0,00	CONTA ÚNICA RPPS	7,60	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	10.960.849,33	26.035.231,01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	9.924.777,33	10.960.849,33
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.469,00	1.469,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.469,00	1.469,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Itapissuma - 2024

R MANOEL LOURENCO, 16 - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 08.637.399/0001-28 Telefone: (81) 35481172

Balanço Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a755b7c7-869e-4325-9e0a-b3145dd2c923

TOTAL GERAL:	187.726.724,39	183.049.744,95	TOTAL GERAL:	187.726.724,39	183.049.744,95
--------------	----------------	----------------	--------------	----------------	----------------

José Bezerra Tenório Filho
Prefeito
CPF 833.780.303-72

Ronaldo Alves de Oliveira
Contador
CRC 016677/O-0

Anexo 13, Lei nº4.320/64



Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV, Prefeitura Municipal de Itapissuma, Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma, Fundo Municipal de Educação de Itapissuma, Itaprev - Fundo Financeiro Itapissuma, Itaprev - Fundo Previdenciário Itapissuma, Câmara Municipal de Itapissuma, Agência Municipal de Desenvolvimento de Itapissuma, Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2024 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituintes”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, os bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.



b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

Documento Assinado Eletronicamente por: ROSA BEZERRA ALVES FILHO, Rômulo Alves de Almeida, RG nº 1004104-7, CPF nº 07.869.433-00, e-mail: rbezer@pcc.org.br, https://etcc.rr.gov.br/epd/validarDoc.seam?docId=75867-869e-433e-0000-000000000000



Documento assinado digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/portal/validarDocumento.aspx>
Código de verificação: a755b7c7-869e-4b25-9e0a-b315-15dd2c923

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 190.756.028,26. Houve um aumento de R\$ 27.116.747,67 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 163.639.280,59.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 43.794.626,22. Houve um aumento de R\$ 5.229.963,83 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 38.564.662,39..

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 28.914.607,89, sendo R\$ 21.114.567,70 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 6.386.423,19 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 1.413.617,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 16.631.494,57, sendo R\$ 16.631.494,57 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados. Foi incluído no saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 155.671,93 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Nota 5: Despesa orçamentária

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 198.880.825,53. Houve um aumento de R\$ 11.177.486,69 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 187.703.338,84.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 43.794.626,22. Houve um aumento de R\$ 4.941.263,21 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 38.853.363,01.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 23.843.522,09, sendo R\$ 19.664.142,65 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 2.274.710,72 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 1.904.668,72 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 13.577.783,10, sendo R\$ 13.577.783,10 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados. Foi incluído no saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 16.738,20 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 280.096.756,94. Houve um aumento de R\$ 16.211.278,05 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 263.885.478,89.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	16.631.494,57
+	Receita Orçamentária	190.756.028,26
+	Transferências Financeiras Recebidas	43.794.626,22
+	Recebimentos Extra Orçamentários	28.914.607,89
-	Despesas Orçamentárias	198.880.825,53
-	Transferências Financeiras Concedidas	43.794.626,22
-	Pagamentos Extra Orçamentários	23.843.522,09
=	Saldo para o Exercício Seguinte	13.577.783,10

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 43.794.626,22

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 43.794.626,22

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00



f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

1.7.1.1.51.1.1.99 - Dedução Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal (R\$ 8.165.636,92). 1.7.1.1.52.0.1.99 - Dedução Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (R\$ 8.476,39). 1.7.2.1.50.0.1.99 - Dedução Cota-Parte do ICMS (R\$ 16.010.442,00). 1.7.2.1.51.0.1.99 - Dedução Cota-Parte do IPVA (R\$ 248.451,32). 1.7.2.1.52.0.1.99 - Migração Cota-Parte do IPVA sobre Exportação (R\$ 64.617,24). Totalizando R\$ 24.497.623,87

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

José Bezerra Tenório Filho
Prefeito, CPF 833.780.303-72

Ronaldo Alves de Oliveira
Contador, CRC 016677/O-0



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Assinatura: https://etce.ice.gov.br/validaDoc.seam Código do documento: 2755b7c7-869e-4325-9e0a-b3145dd2c923